

Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX

I — INTRODUÇÃO — ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO TEMA E ÂMBITO DO ESTUDO

Numa sociedade em mudança como é, em Portugal, a do virar do século e primeiras décadas do século XX, os conceitos relativos ao papel da mulher na sociedade, à sua função e valor como pessoa e à sua afirmação individual e relação social são inevitavelmente postos em causa, como postos em causa são muitos outros conceitos e valores fundamentais.

A pouco e pouco desenha-se um movimento e uma corrente de tom nitidamente feminista que, elitista embora no tipo de mulheres que reúne, se reveste de um significado notável pelos esforços que congrega, pela ideologia que difunde, pela unidade visível de objectivos e aspirações que traduz e pelas expressões e acções concretas que assume e realiza, enquanto movimento organizado. Influenciado e progressivamente fortalecido por uma corrente internacional que encontra expressões de grande vitalidade em outros países da Europa e América do Norte em épocas anteriores e contemporâneas da que agora nos ocupa, o movimento a favor da emancipação da mulher em Portugal, entendido exactamente como tomada de consciência do valor da pessoa, como definição do seu papel na sociedade e como contestação e revisão de preconceitos e limitações até aí impostos à mulher, é um movimento que progressivamente toma corpo e subitamente se revela cheio de um vigor quase inesperado num país em que jamais lutas sufragistas, típicas de outras culturas, ou movimentos radicais pelos direitos das mulheres se tinham feito sentir de forma organizada.

Com certo vigor, a dado passo, o movimento feminista em Portugal é, no entanto, sempre um movimento moderado, nunca declaradamente subversivo nem violento, mais atento à satisfação das suas reivindicações pela força da persuasão, do direito e da educação do que pela força dos gritos e das manifestações.

Em Portugal, a preocupação pela situação das mulheres e defesa dos seus direitos e das suas qualidades e feitos, não obstante a efectiva situação de subalternidade contra a qual se insurge a corrente feminista, era latente e esporadicamente manifesta, em várias épocas e de várias maneiras. Marcos a testemunhar essa preocupação de um ponto de vista meramente teórico poderiam, por exemplo, considerar-se a obra *Dos Priuilégios e Praerrogativas*

* Comissão da Condição Feminina.

Q ho Genero Feminino Tẽ por Direito Comũ & Ordenaçoens do Reyno, mais Que ho Genero Masculino, publicada em 1557 pelo licenciado Rui Gonçalves, lente da Universidade de Coimbra, e reeditada em 1785 por um capelão da rainha D. Maria I; a obra de Diogo Manuel Aires de Azevedo *Portugal Illustrado pelo Sexo Feminino*, datada de 1734; o *Theatro Heroíno*, de Damião de Fróis Perim, de que o primeiro volume foi editado em 1736 e o segundo em 1740; e ainda o *Tractado sobre a Igualdade dos Sexos ou Elogio do Merecimento das Mulheres*, publicado em 1790 por um autor anónimo que se apelida de amigo da razão.

Escritos, ou para louvar mulheres concretas, notáveis por feitos ou virtudes, ou para fazer uma defesa e um elogio das mulheres, seus direitos e suas qualidades, estes são apenas exemplos isolados de um espírito que se viria a tornar corrente e, nessa medida, a influenciar de alguma maneira a evolução de uma situação concreta das mulheres, que efectivamente não correspondia a qualquer reconhecimento teórico de um estatuto social de igualdade.

As últimas décadas do século XIX entre nós contam já com algumas vozes pioneiras a exprimir, em termos ainda cautelosos, mas já muito precisos nos alvos que pretendem atingir, os novos ideais de afirmação da mulher, da sua valorização pessoal e da sua participação social. Vozes que são de homens, como de mulheres, individuais e de pequenos grupos. Destacamos, entre outras, a obra *A Mulher e a Vida ou a Mulher Considerada debaixo dos Seus Principais Aspectos*, publicada em 1872 e da autoria do professor da Universidade de Coimbra Dr. Joaquim Lopes Praça; a obra de Sanches de Frias *A Mulher: Sua Infância, Educação e Influência Social*, datada de 1880; e ainda a obra fundamental *A Mulher em Portugal*, de D. António da Costa, publicada em 1892, a título póstumo.

Vozes de mulheres também: em primeiro lugar, o grupo que se dizia exclusivamente feminino, embora efectivamente o não fosse, que produziu já em 1868 a revista declarada e radicalmente feminista que se intitulou *A Voz Feminina*. Mais perto do final do século, várias mulheres, individualmente, começam a fazer ouvir a sua voz, chamando a atenção para a situação das mulheres, situação de inferioridade, quer legal, quer social, quer ainda cultural, e para a necessidade de a alterar, nomeadamente através de um processo de educação e de valorização a empreender urgentemente. Todas insistem neste aspecto, radicais e conservadoras, feministas confessas e não feministas declaradas. Caiel, pseudónimo de Alice Pestana, é uma das precursoras radicais; Maria Amália Vaz de Carvalho, a grande escritora, é uma não feminista profundamente preocupada com a educação das mulheres; Carolina Michaëlis de Vasconcelos, a eminente sábia, é também uma feminista consciente da carência e pobreza cultural das mulheres; Ana de Castro Osório é talvez a teórica mais notável do feminismo e uma das militantes mais empenhadas; Adelaide Cabete é uma das dirigentes mais impulsionadoras e prestigiadas da corrente feminista e das suas várias expressões. Estas são algumas das iniciadoras; muitas outras se lhes seguem.

Formam associações, organizam-se, escrevem, difundem publicações, fazem conferências...

Depois de um efémero Grupo Português de Estudos Feministas, liderado por Ana de Castro Osório, que se propunha essencialmente divulgar os ideais feministas e explicar o seu significado, deve ser dado relevo à Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, a primeira organização que se propôs defender o estatuto das mulheres, dentro dos ideais republicanos e em profunda ligação com o Partido Republicano e toda a movimentação política em curso.

Criada em 1909, os objectivos da Liga, que os estatutos consignavam, eram, entre outros, os de «orientar, educar e instruir, nos princípios democráticos, a mulher portuguesa [...] tornando-a um indivíduo autónomo e consciente; fazer propaganda cívica, inspirando-se no ideal republicano e democrático; promover a revisão das leis na parte que interessa especialmente a mulheres e a crianças», etc.¹ As primeiras vitórias — lei do divórcio e leis da família — seguiram-se os desencantos — recusa do sufrágio e esquecimento de outras promessas por parte dos republicanos. Por outro lado, visões diferentes dos objectivos e estratégias feministas provocam divergências no movimento e conduzem à criação, em 1911, da Associação de Propaganda Feminista, liderada por Ana de Castro Osório, cujo fim se definia como o de «elevant a mulher pela educação e pela instrução»².

Correspondendo à necessidade sentida de organização de um movimento autónomo de carácter nitidamente feminista, e na linha dos movimentos e organizações existentes em grande número de países, é criado em 1914 o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, organização de maior e mais longo impacto no movimento para a emancipação da mulher em Portugal. Filiado no Conselho Internacional das Mulheres e, mais tarde, na Aliança Internacional para o Sufrágio das Mulheres, o Conselho Nacional assumia como grandes objectivos, de acordo com os Estatutos aprovados e publicados no seu boletim oficial, «defender tudo o que diga respeito ao melhoramento das condições materiais e morais da mulher, especialmente a proletária, remuneração equitativa do trabalho, protecção à criança contra os maus tratos e exigência de trabalho superior às suas forças; higiene das grávidas e puérperas; repressão do tráfico de brancas; protesto contra a prostituição de menores e investigação dos meios de a evitar [...] [e ainda] pôr incondicionalmente o seu esforço ao serviço de todas as ideias que possam concorrer para o bem-estar da mulher em particular, e da humanidade em geral»³.

Foi longa e persistente a acção deste Conselho — acção doutrinária, acção reivindicativa, acção cultural, acção educativa... Dois congressos, em 1924 e 1928, o primeiro com o patrocínio de altos vultos da República — as teses e comunicações neles apresentadas, as acções desenvolvidas, o intercâmbio com movimentos feministas estrangeiros, a participação em congressos internacionais, tudo isto são aspectos de uma história que não é, contudo, o objectivo deste trabalho. Referimo-los muito brevemente, porque eles ajudam a construir o indispensável enquadramento histórico em que se integra o tema que me propus desenvolver.

Intitulei este meu estudo de «Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX». Significa isto que não se trata de estudo de carácter histórico ou sociológico o que pretendo fazer sobre o movimento feminista em Portugal. É antes uma mera aproximação do conteúdo e do tom desse feminismo, tal como ele é expresso por algumas das figuras mais notáveis que no movimento se integraram, que lhe deram força e expressão, que, em última análise, definiram esse mesmo conteúdo e a ideologia que lhe está subjacente. São as mulheres escritoras e jornalistas membros das organizações feministas referidas — do Grupo de Estudos Feministas, da Liga

¹ «Estatutos da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas», in *A Mulher e a Criança*, n.º 15, de Agosto de 1910.

² «Associação de Propaganda Feminista», in *A Mulher Portuguesa*, n.º 1, de Junho de 1912.

³ «Estatutos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas», in *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, n.º 1, de Novembro de 1914.

Republicana das Mulheres Portuguesas, da Associação de Propaganda Feminista e do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas — que, pela sua actividade literária, quer individual, quer integrada nos periódicos oficiais das suas organizações, repetidamente clarificam, definem, explicam, justificam e defendem os ideais feministas. Prova evidente de que os mesmos eram, com certeza, dificilmente aceites e vivamente contestados, é esta defesa constante e esta definição sistemática do que é o feminismo, de quais os seus objectivos e de quais as motivações das mulheres que a ele aderem.

É, pois, uma abordagem desta temática — o feminismo em Portugal na voz das suas defensoras do início do século — o objectivo deste trabalho. Não das suas iniciativas ou da sua amplitude, do seu significado ou do seu sucesso. Apenas uma breve análise da corrente feminista do ângulo das próprias mulheres que nela participam.

Em que termos exprimem essa corrente? Como vêem o movimento feminista em Portugal no virar do século e até aos anos 30? O que põem em questão e o que propõem de novo, relativamente ao papel e à imagem que a sociedade tem da mulher? O que querem transformar numa sociedade em mudança como é a do seu tempo? Que análise do passado, que promessas para o futuro, numa óptica de presença feminina?

Esta análise é feita com base numa selecção, que julgamos significativa, das obras de mulheres escritoras e feministas, em que se incluem, designadamente, os nomes de Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete, Maria Clara Correia Alves, Aurora de Castro e Gouveia, Virgínia de Castro e Almeida, Caiel, Emília de Sousa Costa, Elina Guimarães e ainda Carolina Michaëlis de Vasconcelos, a eminente escritora que também era adepta da emancipação da mulher e, a esse título, presidente honorária do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, além de Maria Amália Vaz de Carvalho, que, não sendo feminista, no sentido de um feminismo radical organizado e militante, era, no entanto, defensora de uma das suas reivindicações fundamentais — o direito das mulheres à educação e a necessidade da sua valorização cultural e intelectual.

Foi feita uma análise das obras mais significativas destas escritoras relativamente ao tema em questão — obras que irão sendo referenciadas ao longo do estudo — e ainda da sua colaboração jornalística numa selecção de periódicos considerados os mais importantes, designadamente por serem órgãos oficiais das organizações feministas. São eles *A Mulher e a Criança* e *A Madrugada*, da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, *A Mulher Portuguesa*, da Associação de Propaganda Feminista, e a *Alma Feminina*, do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas.

II — «FALSO FEMINISMO» — «VERDADEIRO FEMINISMO» — COMO SE AUTODEFINO O FEMINISMO PORTUGUÊS

O termo *feminismo* sobressai, na maior parte das definições e tentativas de explicação e justificação encontradas, como um termo perigoso, um termo carregado de *parti pris*, uma ideia que, logo à partida, é frequentemente saudada com o ridículo, o desprezo, a malevolência e o escárnio. Daí que o feminismo tenha, logo à partida também, de ser muitas vezes definido pela contradição da própria imagem, definido, portanto, em termos daquilo que ele não é, da negação das manifestações exteriores que a ele aparecem associadas, da denúncia do ridículo que o sobrecarrega, do odioso que o enche.

Da negação do «falso feminismo» passa-se, por outro lado, a uma defesa enfática e naturalmente compreensível do «verdadeiro feminismo». Por oposição ao negativismo da sociedade, as mulheres defendem-no e louvam-no em termos encomiásticos, a doutrina por excelência que afirma e assume grandes princípios e grandes ideais.

Por isso mesmo, é um termo e um conceito controverso. Assim o considera Elina Guimarães, grande defensora dos direitos da mulher, felizmente ainda viva, no discurso de abertura do II Congresso Feminista Português, em 1928, ao dizer:

Todas as doutrinas têm os seus detractores: nenhuma os tem tido mais veementes que o feminismo. Mas nenhuma também tem sido tão mal compreendida, tão erradamente interpretada.

Do que é uma doutrina de paz tem-se feito uma doutrina de guerra ⁴.

Mas vejamos os termos exactos em que nos aparece definido quer o «falso feminismo», quer o «verdadeiro feminismo», na concepção de uma *élite* de mulheres despertas para estas realidades.

Falso feminismo é, por um lado, a mera imitação do homem pela mulher, da sua maneira de vestir ou agir, e, por outro, o domínio do próprio homem, a conquista em exclusivo para a mulher das suas posições e dos seus direitos; como tal, é evidentemente recusado pelas feministas, que vêm nele antes um propósito de justiça e de equidade, de lógica e de bom senso.

Uma verdadeira feminista não pode pensar em masculinizar-se, porque orgulha-se de ser mulher ⁵.

O Feminismo não é o que muitos julgam e pensam, as mulheres a desejarem imitar os homens, fumando, usando bengala, colarinhos, gravatas e tantas outras imitações ridículas ⁶.

Confundir, pois, as feministas com as desequilibradas que jogam e fumam, exploram o homem e abominam o trabalho, com as que não amam a missão de mãe, não aspiram à carinhosa abnegação de esposa, desdenham as doces minúcias duma vida sacrificada ao bem-estar da família, é um erro tão grave e funesto para a autêntica felicidade da Pátria que custa a perdoar ⁷.

«Feminista» dizem... que são mulheres tontas e em desvairo, cabeças encandecidas por teorias absorventes e dissolventes de predomínio.

Que são criaturas destituídas da graça peculiar do sexo, com desprezo pelas necessidades domésticas e pelo amor familiar, enraivecidas contra o homem, ansiosas pela expulsão deste das suas profissões seculares. E propondo-se nada menos do que a condenar o sexo forte à substituição da mulher no seu papel de mãe, nas suas funções no lar!

⁴ «Há 50 anos — o II Congresso Feminista Português», in *Boletim da Comissão da Condição Feminina*, n.º 2, de Abril-Junho de 1978.

⁵ Elina Guimarães, «Discurso de abertura do II Congresso Feminista Português», in *Boletim da Comissão da Condição Feminina*, n.º 2, de Abril-Junho de 1978.

⁶ Adelaide Cabete, «Discurso de abertura do I Congresso Feminista e de Educação», in Arnaldo Brasão, *O Primeiro Congresso Feminista e de Educação*, Lisboa, Edições Spartacus, 1925, p. 26.

⁷ Emília de Sousa Costa, *Ideias Antigas da Mulher Moderna*, Braga, Livraria Cruz Editora, 1923, p. 126.

Assim... eles o afirmam — enquanto o marido aleitará a *biberon* o filho mais pequenino (porque a natureza não entrará em acordo com a revolucionária) e dará ordens para o jantar, fiscalizará a cozinha, remexerá os estrugidos nas caçarolas e nas horas de lazer, tocará piano —, a senhora, entalando no olho direito o seu monóculo perturbador, chupando gulosamente o seu havano, empunhando a sua bengalinha de sândalo, irá para o ministério regular os altos problemas do Estado!...

Feminista — segundo as mesmas esclarecedoras opiniões — é ainda a sufragista, antiga *trade-mark* inglesa, reclamando o seu direito ao voto, pelo ruidoso e ferino estampido das bombas acráticas ou pela agressão aos lordes feminófobos ⁸.

Estas as vozes de várias mulheres que, sendo feministas, se orgulham de o ser e recusam o falso feminismo — imitação ou dominação do homem —, imagem deturpada daquilo por que lutam e a que aspiram.

Defensora de um feminismo moderado, Emília de Sousa Costa, autora da última citação incluída, critica em termos acerbos e frequentemente saborosos o tal falso feminismo, feito não só de aparência e imitação exterior de um padrão masculino, mas mais ainda da total inversão dos papéis do homem e da mulher na sociedade:

[...] ao meu feminismo comedido, que se me afigura justo e sóbrio, repugnou sempre a confusão, na nossa Terra estabelecida, entre as pretensões equânimes do verdadeiro feminismo e a estultícia das másculas amazonas — que reclamam a igualdade dos dois sexos, em seus feitos e defeitos ⁹.

Feminismo pode ser algum ideal que desvie a mulher das suas virtudes, das suas obrigações, da sua graciosidade, da sua elegância, das imposições deliciosamente tirânicas e necessárias da moda. Feminismo não pode ser loucura, ou desvairo. Não pode, nem é. Às senhoras apavoradas com o estigma de feministas, na suposição de que as confundam com as sufragistas inglesas, convém o certificarem-se de que, sem as diabruras dessas ridicularizadas e pobres veledas do fogo sagrado da espiritualidade feminina, não poderia hoje a mulher portuguesa dizer aos que a negam, na sua feição intelectual:

Vejam a injustiça com que nos têm tratado! E agora deixem-nos passar. Nós não queremos rivalizar convosco, nas turbulências das politiquices de campanário, ser ministros, ou presidentes da República, mas temos direito a participar em todas as manifestações de vitalidade nacional, nos lugares mais adequados à nossa feminilidade, e ver os nossos méritos premiados e estimulados como os dos homens ¹⁰.

Feminismo moderado, mas profundamente realista, é sistematicamente defendido ao longo de toda a obra desta escritora. Uma defesa que assenta sempre na denúncia do que o feminismo não é, na denúncia da sua imagem

⁸ Emília de Sousa Costa, *A Mulher. Educação Infantil*, Rio de Janeiro, Álvaro Pinto Editor, 1923, pp. 15-16.

⁹ Id., *Olha a Malícia e a Maldade das Mulheres*, Lisboa, Empresa do Anuário Comercial, 1932, p. 15.

¹⁰ Id., *ibid.*, p. 21.

falseada e transmitida pelos «pseudodefensores» da gracilidade feminina a terçar armas, para que a mulher se conserve como sempre viveu! E exclamam nestes, ou em termos semelhantes:

Pois a mulher, esse misto de fraqueza e de graça, de amorosas denguiças e de caprichos nervosos, de inconsistência na vontade e de exaltamentos na prática, pode exigir o ser mais do que é, do que tem sido no mundo ¹¹.

São as aspirações agora expressas pelas mulheres até aqui habitualmente passivas, «contentes» e dependentes, que despertam reacções extremas e violentas contra o feminismo, que as próprias feministas indirectamente testemunham. Ana de Castro Osório, uma feminista radical e militante, numa obra que é talvez o primeiro livro declaradamente feminista desta época, exprime o sentimento de vergonha e de ridículo que muitos, os homens e as próprias mulheres, sentem a este propósito:

Feminismo: É ainda em Portugal uma palavra de que os homens se riem ou se indignam, consoante o temperamento, e de que a maioria das próprias mulheres coram, coitadas, como de falta grave cometida por algumas colegas, mas de que elas não são responsáveis, louvado Deus!... ¹²

Por oposição ao conteúdo expresso de «falso feminismo», o «verdadeiro feminismo» define-se, como já dissemos, em termos laudatórios e idealistas. De um extremo passa-se para o outro. Daquilo que não é passa-se para o que é, em termos ideais. Para uma defesa de grandes princípios, de afirmações grandiloquentes e enfáticas. Senão, vejamos como o define uma das suas principais figuras, a médica Adelaide Cabete, presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e figura cimeira da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, no discurso de abertura, já referido, do I Congresso Feminista e da Educação:

O Feminismo é mais alguma coisa de grande e sublime, é a dignificação da mulher, é a consequência de uma evolução e, por isso mesmo, precisamos de vencer alguns prejuízos que entolham o nosso caminho.

[...]

Aqueles timoratos que perguntam aonde irá o Feminismo parar responder-lhes-emos: o Feminismo terminará onde acabam todas as ideias de Progresso, toda a esperança generosa, terminará aonde acabam todas as aspirações justas.

Não se assustem. Se a natureza nos deu as mãos um pouco mais finas que as vossas, foi para nos advertir que elas servem para curar tanto as feridas da alma como as do corpo, assim disse Madame Siegfried. Não se assustem, repito, porque nós caminhamos para a Justiça, para a Verdade, para a Luz, para o Direito Humano ¹³.

¹¹ Emília de Sousa Costa, *A Mulher. Educação Infantil*, cit., p. 17.

¹² Ana de Castro Osório, *As Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905, p. 11.

¹³ Adelaide Cabete, «Discurso de abertura do I Congresso Feminista e da Educação», in *op. cit.*, pp. 26-27 e 30.

Os termos não podiam ser mais enfáticos, nem mais idealistas. A verdade, a justiça, a luz, o direito humano, o progresso, a esperança generosa são as metas últimas das aspirações feministas, o fim a que conduzem as transformações que os seus ideais propõem. Idealista também é a posição expressa por uma outra mulher, não participante directa dos movimentos feministas organizados, Virgínia de Castro e Almeida, que, na «Introdução» da sua obra *A Mulher*, exprime em termos da sua própria evolução individual o conceito de feminismo que a anima. Educada numa atmosfera tradicional, como ela própria diz, com a «boa educação vulgar de todas as mulheres da minha classe, do meu tempo e da minha terra»¹⁴, condicionada por preconceitos e tradições relativos à imagem e ao papel da mulher na sociedade, naturalmente que o feminismo lhe apareceu «sob um aspecto desprezível, cómico, disparatado, absurdo, por vezes monstruoso. Essa nobre concepção dos verdadeiros deveres e direitos da mulher não encontrava um echo indulgente na minha consciência.

[...]

E depois... depois tive uma grande mestra, a Vida; essa mestra rude e prodigiosa cujos ensinamentos práticos nunca falham.

[...]

Foi assim que o feminismo, que primeiro me apparecera sob a forma grotesca e vaga de uma utopia talvez perigosa, a pouco e pouco se transformou aos meus olhos numa grande e generosa idéa de redempção, que avança gravemente com a serenidade majestosa de todas as forças invencíveis destinadas a mudar a face do mundo»¹⁵.

Transformação, mudança, redenção aparecem aqui como novos conceitos dinâmicos e complementares dos anteriormente expressos — a verdade, a justiça, o progresso, a esperança —, numa perspectiva idealista do objectivo último a atingir em todo este processo.

Outras mulheres exprimem, em termos semelhantes e igualmente idealistas, aquilo a que aspiram e que define para elas o verdadeiro feminismo. Vejamos algumas opiniões:

Le féminisme, ayant pour but d'élever et de libérer la plus grande partie du genre humain, s'impose efficacement à tous les esprits illustres¹⁶.

A mulher sempre mulher e cada vez mais mulher no gozo pleno da sua dignidade humana — é a exclamação serena das feministas razoáveis [...]¹⁷.

O Feminismo [...] não é, não pode, nem deve ser mais que a nobilitação da mulher, a sua reabilitação de criatura humana [...]¹⁸

Elevação, libertação, nobilitação, dignificação, reabilitação — conceitos idealistas que se repetem e que vão enriquecendo um conteúdo de feminismo que se quer transformador e que se revela cheio de sonhos e de utopias.

E não são só as escritoras contemporâneas do movimento feminista organizado que assim se exprimem. Já na fase anterior, no final do século XIX,

¹⁴ Virgínia de Castro e Almeida, *A Mulher*, Livraria Clássica Editora, 1913, p. 11.

¹⁵ Id., *ibid.*, pp. 10, 13 e 14.

¹⁶ Maria Clara Correia Alves, *Féminisme (Toujours et encore)*, Lisboa, Imprensa de Manuel Lucas Torres, s. d., p. 7.

¹⁷ Emilia de Sousa Costa, *A Mulher. Educação Infantil*, cit., p. 30.

¹⁸ Id., *Ideias Antigas da Mulher Moderna*, cit., p. 121.

algumas havia que sentiam o feminismo como movimento inevitável e dignificador, questão não só importante, mas por algumas considerada a mais importante, numa perspectiva de transformação social e de ideal humanitário. Cael, pseudónimo da escritora Alice Pestana, numa obra datada de 1898, define o feminismo sob dois ângulos diferentes — o *feminismo económico-social* e o *feminismo sentimental* — e conclui da sua importância para uma ordem social nova:

De quelle façon qu'on l'envisage, le féminisme est une question du plus haut intérêt social. Que chacun y travaille fermement et de bonne foi, en vue de son but spécial, et l'élévation de la femme, dont dépend l'ordre et le bonheur futur, sera bientôt un fait acquis ¹⁹.

E, porque desta questão, nas suas palavras, dependem a ordem e a felicidade futuras, é-lhe legítimo afirmar:

[...] la question féministe est-elle vraiment aussi importante que cela? Pour ma part — je n'ai aucun doute à l'avouer — elle est la plus importante de toutes ²⁰.

Pronunciada antes de 1898, antes de qualquer expressão organizada do movimento feminista português, a afirmação ousada de que se trata da mais importante questão social traduz, sem dúvida, uma visão pioneira e desasombrada do problema.

Ao longo da sua carreira de escritora, Cael retomou esta posição e exprimiu-a em vários tons:

«Elevar a mulher», «torná-la livre», «torná-la digna», «fortificar a consciência individual» são expressões que nos aparecem sistematicamente repetidas, como requisitos para essa nova ordem, quase utópica, a instaurar.

Mas, porque o objectivo a que estas mulheres aspiram é quase a utopia e a meta conscientemente quase inatingível, porque tão diferente e tão contrária à situação que as mulheres e a própria sociedade experimentam, surgem as dúvidas, as hesitações, a incerteza quanto ao papel específico da mulher, que, não podendo continuar a ser o mesmo no quadro da nova sociedade que vai surgir, também ainda não se sabe claramente qual é. Sente-se que a mudança é um elemento-chave; mudança ao nível individual — como a que exprimia Virgínia de Castro e Almeida —, mudança ao nível colectivo, que se impõe e se processa em consonância com um clima geral de mudança que caracteriza uma época de viragem. Daí que duas posições se desenhem que quase se podem considerar típicas, porque posições extremas de reacção perante a mudança. Uma que sente e teme a mudança, que é geral e que abarca toda a sociedade, como uma confusa transformação em que tudo e todos estão envolvidos, transformação que não raro é confusão e, por vezes, toca os limites da anarquia que ameaça instituições e valores. Assim, é natural que se ponha com grande intensidade as perguntas: o que fazer? Qual é o papel da mulher? Uma segunda posição, também resultante da certeza da mudança e da incerteza do futuro, é a que assenta na consciência muito clara da opressão passada que tem de se tornar libertação futura para a mulher, na

¹⁹ Cael, *La Femme et la Paix: Appel aux Mères Portugaises*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, p. 38.

²⁰ Id., *ibid.*, p. 33.

consciência de uma imagem feminina tradicional que tem de assumir um rosto novo, na consciência de um papel estereotipado da mulher que tem de ser recriado em novos moldes.

A primeira atitude — a que se caracteriza pelo medo da mudança — não é evidentemente aquela com que se identificam as feministas confessas; é, no entanto, também esporadicamente sentida e transmitida por elas e sentida e transmitida mais fortemente pelas que, mesmo não sendo adeptas confessas do feminismo, são, contudo, partidárias de uma evolução no estatuto social e cultural da mulher. É o caso da grande escritora Maria Amália Vaz de Carvalho, que repetidamente se debruçou sobre questões relativas à situação e condição da mulher. Esse sentimento de mudança anárquica, de confusão e desnorteamento criado por uma situação de facto, que o movimento feminista arrasta consigo, em que os valores tradicionais se confrontam com novas ideologias, exprime-o ela fortemente:

N'este desnorteamento absoluto, que fazer? De um lado a Igreja Catholica, em uma espécie de renascimento comparável ao que se deu depois do Concílio de Trento, procura pacificar as consciências, illuminar os espíritos, guiar a mulher pela senda da perfeição que ella a custo pode seguir.

No extremo oposto, os avançados, os radicais, os socialistas das escolas mais irreconciliaveis com o estado presente da sociedade, prégam-lhe uma liberdade que seria a peor das escravidões, a escravidão da alma aos sentidos [...]

[...]

Prégam-lhe a igualdade e a emancipação, que não são mais que o entregarem-se sem defeza a uma lucta em que ella, a mais fraca, a mais desarmada, não pode deixar de ser vencida ²¹.

Perante uma situação assim feita de posições extremas é, pois, inevitável que a pergunta surja no espírito das que não se identificam com qualquer das posições. Pergunta que a mesma autora formula mais adiante no mesmo capítulo:

«Qual deve ser o nosso papel no mundo?» — perguntam elas com um certo susto bem justificado pelo que se está vendo.

E mais adiante:

[...] a familia dissolve-se; a mulher desorienta-se. Ninguém sabe qual é o seu dever, mesmo aquellas que teriam vontade de cumpri-lo! Espere-mos que esta anarchia seja transitoria, mas nós infelizmente já não havemos de vêr-lhe o fim ²².

Na segunda atitude acima enunciada, para além da incerteza de uma situação que se transforma radicalmente e de que se sentem as implicações profundas, ao medo da mudança sobrepõe-se o desejo imediato e radical da mesma mudança, o confronto vivo e por vezes dramático do passado e do

²¹ Maria Amália Vaz de Carvalho, *No Meu Cantinho*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1909, pp. 264-265.

²² Id., *ibid.*, mesmas páginas.

presente; sobrepõe-se a pressa da nova imagem, da nova sociedade, da nova relação homem-mulher, feita de colaboração que se substitui à dominação, de companheirismo que se substitui à dependência e à opressão. Este é o grande campo em que as feministas se espraíam nas suas considerações e na expressão das suas esperanças e aspirações.

O primeiro passo do verdadeiro feminismo é, assim, a recusa de um passado opressor, em que a mulher foi reduzida, quer a objecto de luxo ou boneca fútil, quer a escrava ou serva embrutecida. Termos fortes ou radicais em relação a uma visão do passado, sem dúvida, mas que são os que as feministas usam sem qualquer hesitação. Daí que proponham e propugnem «o despedaçar de cadeias e algemas», «o romper contra os batalhões de inimigos», «a reabilitação das humilhações e vergonhas»...

Em 1900, Caeil exprimia-o deste modo:

A mulher reconhecia o seu opprobrio; protestava contra a situação sempre ignobil em que era mantida — a de besta de carga, ou de mero objecto de divertimento e luxo.

Em breve adquiriu a consciência de si mesma. Quiz pensar, quiz trabalhar, quiz dignificar-se. Procurou divorciar-se da frivolidade deprimente, com os olhos postos n'um ideal singelo — ser alguém ²³.

Uma década depois, em 1913, Virgínia de Castro e Almeida exprimia-se em termos semelhantes:

O feminismo quer que o homem deixe de considerar a mulher como agente exclusivo de prazer, como serva, como utensílio, como objecto de luxo; quer fazer da mulher a igual do homem, e não a usurpadora dos seus direitos ²⁴.

Mais uma década decorrida, em 1928, e o tema é ainda o mesmo, na voz de Elina Guimarães:

[...] ser verdadeiramente mulher não é, como para muitos, ocupar-se apenas de frivolidades, de bagatelas ou então não ter no mundo senão a preocupação da rotina doméstica. Repudiamos tanto a boneca fútil como a serva embrutecida. Para nós, a verdadeira mulher é aquela moralmente forte, intelectualmente culta, que dentro da sua esfera, qualquer que ela seja, cumpre conscientemente a sua missão social ²⁵.

À recusa do passado segue-se a promessa do futuro; à recusa da mulher oprimida, a proposta da *verdadeira mulher*; à missão limitada do passado, uma nova missão; ao destino marcado desde o berço, a escolha do próprio destino; à relação opressora, a relação de igualdade.

O paralelismo surge frequentemente tocando este e outros aspectos da vida da mulher. Como o «verdadeiro feminismo» era sistematicamente definido em termos comparativos com o «falso feminismo», também a «verdadeira mulher», a sua imagem, o seu papel, a sua missão, são definidos em

²³ Caeil, *Comentários à Vida*, Lisboa, António Maria Pereira, 1900, p. 88.

²⁴ Virgínia de Castro e Almeida, *A Mulher*, Lisboa, cit., p. 21.

²⁵ Elina Guimarães, «Discurso de abertura do II Congresso Feminista Português», in *op. cit.*

moldes semelhantes — o passado e o presente, o que foi e o que deve ser. Eis alguns exemplos demonstrativos:

Em primeiro lugar, *o estatuto social da mulher* está marcado desde o berço; a criança que nasce, se é do sexo feminino, tem logo à sua frente um caminho traçado e um estilo de vida imposto; por isso é saudada de modo diferente e se educa segundo padrões próprios e bem determinados. Ana de Castro Osório soube apreender e transmitir admiravelmente esta diferença que o berço dá... mas que não se quer mais que a tumba leve:

Logo que a parteira anuncia aos pais que uma rapariga abriu os olhos ao mundo, elles, por via de regra, ficam pesarosos.

[...]

Uma filha é um tropeço, é um pesadelo, é um futuro incerto e cheio de receios. É claro que se lhe hade arranjar um noivo — pensam os pais resignadamente, mas os noivos aproveitáveis começam a rarear por tal forma!... Uma rapariga, que pouca sorte!... Enfim, o que se hade fazer?...

E logo a parteira officiosamente dá os parabens e consola tocando a chaga ao vivo: — Deixem lá! Uma menina é muito bom, é a companheira da sua mamã, cria-se à roda das saias, não dá despesa, não dá cuidados.

E a opinião da parteira é a opinião de toda a gente.

A menina cria-se à roda das saias da mamã, com a menor despesa possível, porque é um valor inútil, procurando simplesmente a arrumação, que convém ao seu papel de encostada e de eterna menor — o casamento.

Dahi para diante, desde que a menina entrou na vida pela mão protectora da parteira filósofa, pôde à vontade ser uma criatura intolerável, cheia de piéguices, perda de mimos, ridícula e fútil... tem sempre uma desculpa: é uma menina.

Um rapaz cai, esmurra o nariz, doi-lhe a valer, teria bastante desejo de chorar, mas quê? A criada, a mamã e papá, a família e os amigos, olham-no encorajando-o e dizem-lhe com sorrisos que são um triunfo para a sua resistencia fisica: — O menino não chora, é um homem!

A rapariga pode esganiçar-se à vontade por uma coisa insignificante, porque — coitadinha! É menina.

O rapaz vai para a rua, vai para a escola e todos lhe dizem e lho ensinam com o proprio exemplo, desde o pai aos irmãos mais velhos e até aos amigos e companheiros: se te ofenderem, desforça-te pelas tuas proprias mãos e responde com a tua voz e palavras, não acuses, não chores apavorado e ridículo.

À rapariga o que é que se lhe faz compreender? Se te disserem qualquer coisa desagradavel, queixa-te e choraminga, tens o direito de seres uma criatura sem brilho e sem iniciativa própria [...]

O rapaz é livre, pode correr, saltar, rir à vontade, ir para toda a parte sem guardas; à rapariga começam por a embaraçar em trapos garridos e acabam por a manietar com o eterno *parece mal*, que torna realmente odiosas as pobres vítimas dos preconceitos sociais ²⁶.

²⁶ Ana de Castro Osório, *A Educação Cívica da Mulher*, Lisboa, Typographia Liberty, 1908, pp. 14, 15 e 17.

Exagero... será? A caricatura pode ser uma visão deformada da realidade; mas a realidade está-lhe subjacente. E a realidade é negativa, traduzindo um estatuto de inferioridade e uma missão de subalternidade que encontram também a sua tradução em termos teóricos na voz das mulheres que contestam tal situação.

Assim é definida a *missão da mulher*, à boa maneira tradicional — teoria aceite e fielmente transmitida. Fala Virgínia de Castro e Almeida:

Pensava (e parece-me que mais tarde cheguei mesmo a escrevel-o) que a missão da mulher era toda obediência, passividade, sacrifício. Entendia que o nosso mais bello título de glória era sermos, agora e sempre, as criaturas de submissão incondicional que o passado fizera de nós. Não via outra coisa; julgava que só esse caminho podia ser trilhado pelos entes secundários que eramos e cujo unico destino elevado se encarnava na maternidade ²⁷.

A *relação com o homem*, de há muito traçada e pela maioria vivida, é uma relação de que agora se explicita o conteúdo de humilhação para a mulher:

Assim o quer a sucessão de seculos, em que a mulher foi a reclusa do convento ou da família, tendo na vida um só fim — *agradar*.

Assim o estima o homem, que fez do amor carnal o seu culto e da mulher a sacerdotisa desse culto. Mas sacerdotisa que se torna em escrava, deusa que se cobre de injurias e se lança ao monturo das velhas coisas inúteis, logo que o capricho, a paixão dos sentidos, foi como o fumo desfeito no céu sem nuvens.

O homem, passada a idade da poesia, segue triunphante o caminho da existencia, sem mais lhe importar com a sua inspiradora. Da deusa ideal dos seus sonhos faz a cozinheira habil, a dõna de casa ignorante e util, mixto de costureira e governante, a mãe paciente e sofredora dos filhos que são o seu orgulho ²⁸.

Qual é, porém, a contrapartida desta situação? Qual a proposta nova a contrapor a cada um destes aspectos? O que se pretende para a mulher? E o que pretende a mulher?

Elina Guimarães, no mesmo discurso já referido, di-lo em termos muito claros e incisivos:

O que queremos nós para a mulher? Muito simplesmente isto: o pleno desenvolvimento da sua personalidade. Que, criança, ela seja instruída, que, adulta, ela possa exercer a sua actividade de harmonia com as suas aptidões sem que o ensino lhe seja negado ou o seu campo de acção cercado apenas porque é mulher. E queremos também que o seu esforço seja reconhecido e recompensado como merece. Às reivindicações das feministas opõem os seus adversários um conselho irónico sempre o mesmo: que vão coser meias. Nós não nos recusamos a coser meias. Mas para único fim da nossa vida achamos pouco. Que diriam os homens se o concertar calçado lhes fosse indicado como única missão na terra? ²⁹

²⁷ Virgínia de Castro e Almeida, *A Mulher*, cit., p. 11.

²⁸ Ana de Castro Osório, *As Mulheres Portuguesas*, cit., p. 13.

²⁹ Elina Guimarães, «Discurso de abertura do II Congresso Feminista Português», in *op. cit.*

Desenvolver a sua personalidade, conseguir a sua autonomia, traçar o seu destino são expressões equivalentes da mesma proposta.

Ana de Castro Osório, uma das primeiras e mais destacadas teóricas do feminismo, afirma-o também:

[...] nada mais justo, nada mais razoável, do que este caminhar seguro, embora lento, do espírito feminino para a sua autonomia³⁰.

No século XX, a mulher tem de ser outra, porque outro é também o homem e muito diferente o seu ideal³¹.

Ponhamos de parte as frivolidades que nos ensinaram a crêr que são a maior graça do nosso sexo e sejâmos *mulheres* como devemos ser: criaturas conscientes e autónomas, companheiras e aliadas do homem, as verdadeiras educadoras de seus filhos³².

Uma nova concepção da mulher acarretará consigo uma nova relação com o homem. Estes podem aceitá-la ou temê-la. Ambas as possibilidades são encaradas no discurso das mulheres feministas. Assim se formula a 1.^a hipótese:

O feminismo não é uma força que se levanta contra o homem; é a voz da mulher instruída, forte, equilibrada e pura, que aspira nobremente a um lugar ao lado do seu companheiro para partilhar as suas dores, os seus trabalhos, os seus cuidados e as suas alegrias³³.

Por outro lado, a 2.^a hipótese:

O homem português não está habituado a deparar no caminho da vida com as mulheres suas iguais pela ilustração, suas companheiras de trabalho, suas colegas na vida pública; por isso as desconhece, as despreza por vezes, as teme quase sempre³⁴.

Claro que, a par daquelas que aspiram ao companheirismo total, à igualdade absoluta de direitos, numa perspectiva de feminismo radical, há também as defensoras do feminismo moderado — e Emília de Sousa Costa, já o vimos, alinha frequentemente nessa posição — e há ainda as que, sendo defensoras de alguns direitos para a mulher, não querem, no entanto, modificar a sua situação de fundo, o seu papel milenário. As primeiras dizem, referindo o ponto controverso da participação política da mulher:

A política [...] devemos reconhecê-lo, com as suas asperezas, com as suas lutas, com as suas ambições pessoais, não é, ainda hoje, em país nenhum do mundo, um campo de acção onde a fina sensibilidade da mulher esteja à vontade. A sua missão principal desvirtuar-se-ia, sem nenhum prestígio lhe resultar daí³⁵.

³⁰ Ana de Castro Osório, *As Mulheres Portuguesas*, cit., p. 11.

³¹ Id., *ibid.*, p. 54.

³² Id., *ibid.*, p. 81.

³³ Virgínia de Castro e Almeida, *A Mulher*, cit., p. 20.

³⁴ Ana de Castro Osório, *As Mulheres Portuguesas*, cit., pp. 11-12.

³⁵ Emília de Sousa Costa, *A Mulher. Educação Infantil*, cit., p. 48.

No entanto, esta aparente modéstia de ambições não é sem riscos para os homens. Estes que se acautelem, porque, se mantiverem a situação de facto que oprime as mulheres, estas poderão mesmo saltar por cima das chamadas conveniências e tomar em mãos o que os homens não quiseram fazer. O feminismo moderado poderá, em qualquer altura, transformar-se mesmo em feminismo radical e transformador:

É tempo do homem culto acabar com esses preconceitos absurdos e cuidar dos problemas de feminismo, antes da mulher tomar o partido de exigir uma interferência directa, com prejuízo talvez da sua tarefa secular ³⁶.

Sem dúvida que as mulheres intervirão, porque até as que querem ser protegidas e se reivindicam de não feministas não querem ser dominadas. Maria Amália Vaz de Carvalho di-lo textualmente e em resposta às suas próprias interrogações anteriormente expressas sobre o papel da mulher:

Nós queremos ser protegidas, mas não queremos ser escravas; queremos ser iguaes ao homem, embora sejam diferentes as nossas aptidões e faculdades [...] ³⁷

Feminismo é, pois, tudo isto: a rejeição dos aspectos negativos do passado, a adopção de novos princípios e conceitos, a criação de novas imagens para a mulher, a conquista da igualdade de direitos e oportunidades, a participação em novos moldes na vida da família e da sociedade, o acompanhamento de um ritmo de mudança que caracteriza a vida portuguesa na época em questão. Não apenas por si própria, mas porque esse mesmo momento histórico o exige:

Tudo mudou com o tempo — ideias, costumes, maneiras de ver e de proceder. O que aos nossos olhos parece hoje rasoavel e justo seria aos olhos dos nossos avós o mais absurdo dos atentados ao senso comum, o mais completo desprezo pelas leis e convenções sociaes.

E, como tudo mais, a missão da mulher mudou também. Já não é de passividade e resignações como dantes! Da espectadora indifferente passou a ser figurante; entrou definitivamente na luta — no trabalho de preparar o socego do dia de amanhã.

Não admira que assim seja porque, quando os campos de batalha são a própria sociedade em que vivemos e as armas são as ideias, a mulher tem o direito, mais, tem o dever, de entrar na lide e, ao lado do oprimido, do fraco, pugnar pela felicidade ou pela menor desgraça dos que sofrem ³⁸.

Feminismo em termos teóricos — vimo-lo até aqui. Expressões como «dignificar a mulher», «desenvolver a sua personalidade», «promover a igualdade de oportunidades», «entrar na luta»... foram-no expli-

³⁶ Emília de Sousa Costa, *A Mulher. Educação Infantil*, cit., p. 49.

³⁷ Maria Amália Vaz de Carvalho, *No Meu Cantinho*, cit., p. 265.

³⁸ Ana de Castro Osório, *As Mulheres Portuguesas*, cit., p. 183.

cando. Vejamos agora em que se traduz a aplicação concreta dos princípios defendidos, quais as componentes efectivas do feminismo em Portugal, tal como ele é transmitido pelo mesmo grupo de escritoras.

III — AS COMPONENTES TRADICIONAIS DO FEMINISMO — A EDUCAÇÃO DAS MULHERES COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL DO FEMINISMO PORTUGUÊS

Para além de uma definição teórica e global do feminismo e dos seus grandes princípios e objectivos, essencial para uma compreensão e justificação das reivindicações concretas nele contidas, essencial é também debruçarmos-nos sobre o conteúdo específico de algumas dessas reivindicações, particularmente as mais significativas. Sem dúvida que as reivindicações concretas das feministas portuguesas e dos seus movimentos e organizações vão de par com as grandes reivindicações feministas internacionais. É, aliás, um elemento de grande interesse, reflectido em revistas da época, designadamente a *Alma Feminina*, o intercâmbio e a comunicação entre os vários movimentos feministas de diversos países e a solidariedade, diríamos, de «classe feminina», manifesta ou pressentida na partilha de informações, no regozijo por eventuais vitórias alcançadas num ou noutro país, no apoio declarado a uma qualquer pretensão, etc.

Por outro lado, é verdade que há também um carácter específico do feminismo português e a sua caracterização é um dos objectivos deste trabalho. Nunca tivemos um movimento feminista de tom polémico e sufragista, no sentido habitual do termo. O nosso feminismo, ainda que com aspectos e figuras de tom mais radical, foi sempre um feminismo moderado e relativamente pacífico.

Fruto de uma passividade característica e de uma inércia que resulta do peso da tradição, ou fruto da consciência de que não é na luta violenta e na hostilidade aberta que se encontra o sucesso? Talvez um pouco de tudo isto na justificação do tipo de feminismo português.

Ana de Castro Osório, num discurso lido na sessão de 12 de Maio de 1912 da Associação de Propaganda Feminista e transcrito no jornal da organização *A Mulher Portuguesa*, afirma:

A nossa Associação formou-se em luta, e é lutando pela conquista dos nossos direitos que há-de viver, que há-de progredir e que há-de impôr-se.

Mas a nossa luta não é, por agora, a campanha frondista das ruas e dos comícios. Não! Deixemos a outras esse papel glorioso e ruidoso, que é necessário também, e caminhemos nós, sem nos hostilizarmos mutuamente, porque todas as propagandas femininas são úteis, se convergirem para o fim em que pusemos o nosso ideal de garantir, à mulher portuguesa, um futuro que a República nos tornou possível e próximo³⁹.

Definido, pois, como movimento feminista moderado, mas convicto, as suas pretensões são, porém, decididamente na linha das grandes pretensões internacionais.

A mesma autora, num outro artigo publicado no jornal *A Madrugada*, da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, definiu as reivindicações habituais de qualquer movimento feminista, transpondo-as também para a situação portuguesa, como sendo: a independência económica, os direitos civis e os direitos políticos⁴⁰.

A estes há a acrescentar, no nosso caso, uma outra reivindicação, constantemente apresentada por esta e outras feministas, que é a instrução e educação das mulheres e que nos parece especialmente relevante no contexto e desenvolvimento do movimento feminista português.

Deste conjunto de reivindicações constantemente expressas e justificadas daremos especial relevo à análise e caracterização, a partir do discurso das mesmas jornalistas e escritoras, das três seguintes:

1. O direito de voto como manifestação privilegiada da participação cívica e política;
2. A independência económica e consequente autonomia psicológica e afectiva da mulher;
3. A educação das mulheres — tónica dominante do feminismo português.

O DIREITO DE VOTO

No âmbito dos direitos políticos, o sufrágio avulta sempre como reivindicação fundamental. No nosso país, este é também um aspecto importante, traduzido em momentos diferentes com ênfase diferente, mas sempre presente como tema de fundo de todo o movimento feminista.

Ele integra-se na campanha desenvolvida desde o início pela obtenção de um novo estatuto legal para a mulher, feito de direitos civis e políticos, traduzindo um reconhecimento social positivo do seu valor e função. Nesta campanha avultam, entre outras, figuras como Maria Clara Correia Alves, particularmente pelo tom radical e quase panfletário do que assina, nomeadamente na *Alma Feminina*, de que foi directora, Aurora de Castro e Gouveia, jurista e primeira mulher notária da Europa, Maria Veleda, a polémica feminista, directora de *A Mulher e a Criança* e, mais tarde, de *A Madrugada*, publicações da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, e Ana de Castro Osório, pela sua extensa obra de escritora e jornalista, impregnada de um autêntico feminismo militante.

Também as organizações anteriormente referidas fizeram deste ponto um ponto de honra na sua luta, claramente expresso nos seus órgãos oficiais e nas suas tomadas de posição, umas vezes com toda a clareza, outras com uma prudência que a situação política da época requeria e que achava justificação suficiente na impreparação das mulheres, na sua pobreza cultural, na sua ignorância, etc.

Assim, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, em exposição apresentada ao Governo logo após a instauração da República, enquanto reclama decididamente um estatuto legal que toca aspectos de direitos civis, nomeadamente relativos a igualdade de direitos entre os cônjuges, lei do divórcio, poder paternal, administração de bens, capacidade para fazer parte de júri ou ser testemunha em actos de vida civil, acesso a carreiras e profissões vedadas às mulheres, etc., apenas requeria o direito do voto para um

⁴⁰ Ana de Castro Osório, «Correio do Brasil», in *A Madrugada*, n.º 8, de 31 de Março de 1912.

número extremamente limitado de mulheres — com qualificações literárias ou científicas, escritora, comerciante, industrial, empregada pública e administradora de fortuna própria ou alheia.

Era modesta a pretensão, mas nem mesmo assim foi concedida! Tal não satisfaz, evidentemente, as feministas da Liga, que se viram forçadas a boicotar o espírito da lei, seguindo literalmente a letra da mesma. É um episódio significativo na luta pelo direito de voto que vale a pena recordar.

Foi em 1911. A médica Carolina Beatriz Ângelo, viúva e com família a cargo, considerando que a sua situação satisfazia os requisitos da lei, que dispunha serem cidadãos eleitores os maiores de 21 anos, sabendo ler e escrever e sendo chefes de família, requereu a sua inscrição nos cadernos eleitorais. Recusada a pretensão, por insólita, foi o caso levado a tribunal e reconhecida a razão da requerente, que assim se tornou a primeira mulher a votar nas eleições para a Assembleia Constituinte, em 28 de Maio de 1911.

Relatos contemporâneos contam que, quando ela lançou o seu voto na urna, «uma estrondosa ovação irrompeu da multidão que testemunhava aquele acto virgem nos anais da política portuguesa»⁴¹.

Claro que esta interpretação liberal da lei não agradou à mentalidade da época e a lei foi rapidamente alterada, de modo a evitar confusões e a tornar bem expressa a discriminação.

Foi uma longa luta, progressivamente vencida em 1931, em 1946, em 1968 e, de modo total, só bem perto dos nossos dias. Constantemente sustentada pelas escritoras e jornalistas feministas, é particularmente nos periódicos que o tema nos parece surgir sistematicamente e com maior força, como se, para além de constituir uma preocupação pessoal das feministas, veiculada pela sua obra individual, fosse também, e essencialmente, um dever do feminismo e das suas organizações. Aliás, o sufrágio surge frequentemente como tema controverso e origem até de dissensões e tomadas de posição entre as partidárias do voto restrito e as defensoras do voto alargado. Mas vejamos algumas das expressões que esta reivindicação reveste na época:

Assim, Maria Veleda, em 1910:

Como já tenho afirmado muitas vezes em público, sou anti-suffragista. Não creio que o suffragio melhore muito as condições económicas da mulher. E a questão económica é, sem dúvida, a primeira razão para que exista o feminismo.

Se hão-de dar o voto às mulheres portuguesas, façam-no então com um grande espirito de coherencia e de justiça. Do contrário, teremos sempre o privilégio, o odioso espirito da divisão de classes.

[...]

Ora deixa de haver respeito pela liberdade colectiva logo que o voto não seja concedido a *todas* as mulheres como a *todos* os homens, quando paguem uma certa contribuição ao Estado, ou saibam ler e escrever.

[...]

Não sou suffragista — repito —, mas, se o fosse, pediria tudo, e, se não dessem tudo, não acceitaria nada⁴².

⁴¹ Mariana Coelho, *Evolução do Feminismo: Subsídios para a Sua História*, Rio, Imprensa Moderna, 1933, p. 290.

⁴² Maria Veleda, «O voto às mulheres portuguesas», in *A Mulher e a Criança*, n.º 19, de Dezembro de 1910.

A mesma feminista, no entanto, em 1912, assumiria uma expressão mais moderada. Ao comentar, em artigo incluído em *A Mulher Portuguesa*, uma afirmação de Roosevelt: «Sem restrições, nem ambiguidades, sou pelo sufrágio feminino», manifesta a sua concordância total com a mesma afirmação, mas já faz concessões ao voto restrito, transigindo com as limitações do meio em que vive. Como ela diz, «vamos devagar... porque desejamos chegar depressa»⁴³.

Esta era, de certo modo, também a posição de Ana de Castro Osório, partidária do voto restrito e eminente lutadora pelo que considerava um direito fundamental.

Ela inspirava necessariamente a redacção da *Revista da Associação de Propaganda Feminista*, por ela fundada e dirigida, quando esta anunciava a orientação e fins da publicação e expressamente referia a luta pelo direito de voto:

Defender, acima de tudo, os interesses da Mulher perante a vida social: para isso recordar-lhe-á o papel que tem a desempenhar na Família, na Sociedade, na Política, na Civilização em geral; evidenciará a sua poderosíssima influência educativa na alma das crianças, que serão os homens e as mulheres d'amanhã; examinará tudo quanto represente um progresso na vida e na acção sociais da mulher em geral e da portuguesa em especial.

Nos estreitos limites de que dispõe, a nossa Revista acompanhará, pois, o movimento feminista internacional, dando grande desenvolvimento ao estudo do sufrágio da mulher, base essencial da sua completa libertação político-social⁴⁴.

Foi uma luta cheia de insucessos e cujas injustiças as feministas verberaram com dureza. A mesma Ana de Castro Osório exprimiu assim a amargura de uma das muitas derrotas feministas:

Eu pergunto, minhas senhoras, porque razão nos afastam das urnas de que devem sair os representantes do povo, se nós somos mais de metade numérica desse povo? Eu pergunto, minhas senhoras, com verdadeiro assombro, qual o espírito de justiça que actuou nos membros das «Constituintes portuguesas» quando puzeram de lado, com tão vexante desprezo para nós, mulheres, como para a magistratura portuguesa que nos dera o direito de votar, a questão do voto feminino, considerando-a inoportuna? Porquê? Ah! minhas preclaras consócias, eu senti, aqui de longe onde me encontro, vergonha pelos homens do meu país e prazer, ao mesmo tempo, de me encontrar nêsse momento afastada da terra da Pátria!⁴⁵.

Porque a luta foi longa, o tema mantém-se na década seguinte e é frequentemente abordado na *Alma Feminina*, órgão do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Também no I Congresso Feminista e da Educação, realizado em 1924, o tema surge, nomeadamente numa comunicação então apresentada por Aurora de Castro e Gouveia, intitulada «Reivindicações

⁴³ Maria Veleza, «Roosevelt e o feminismo», in *A Mulher Portuguesa*, n.º 4, de Outubro de 1912.

⁴⁴ «Orientação e fins da nossa revista», in *A Mulher Portuguesa*, n.º 1, de Junho de 1912.

⁴⁵ Ana de Castro Osório, «A propaganda feminista», in *A Mulher Portuguesa*, n.º 1, de Junho de 1912.

políticas da mulher portuguesa», de que as conclusões, após uma extensa justificação da razão de ser dessas reivindicações, são simplesmente as seguintes:

- «1.ª É chegado o momento de Portugal conceder à mulher o gôso dos direitos políticos.
- 2.ª O eleitorado e a elegibilidade da mulher devem ter a mesma amplitude que o eleitorado e a elegibilidade do homem.»⁴⁶

Na *Alma Feminina* dos anos 20, Aurora de Castro e Gouveia trava persistentemente este combate. Defende os princípios, aponta as estratégias, dissecos os motivos por que se erguem tantas e tão obstinadas resistências. Perante uma «concessão tão justa, tão necessária e tão urgente»⁴⁷, os homens parecem assumir uma atitude de recusa unânime que é difícil encontrar relativamente a outras questões:

Os homens que em geral costumam ter opiniões diversas acerca de diversos assuntos e inúmeros argumentos com que gladiam inúmeras pretensões, numa só coisa são unânimes e estão de acordo: negar à mulher o direito de voto. Uns compreendem que ela possa exercer todas as profissões liberais e manuais; mas *mulher-política*... abrenúntio para ser *tão execrável*. No que respeita ao trabalho, sim senhor, conceda-se-lhe esse favor: trabalhar no que quizer, mas não se lhe permitam opiniões e menos ainda que ela as manifeste⁴⁸.

Claro que o tom irónico traduz amargura e revolta; mas traduz também a lucidez pioneira de quem sabe que está a pedir qualquer coisa de justo e indispensável para que se prossiga num caminho novo, em que cada pessoa — homem ou mulher — assumirá responsabilmente o seu papel. Por isso, recusá-lo é, diz-nos a mesma feminista, recusar o progresso e praticar uma profunda injustiça:

Não permitir o voto à mulher é desviar energias que muito concorrem para o progresso da Humanidade, além de que traduz uma injustiça aviltante e deprimente, não para nós, mulheres conscientes que lutamos pelos nossos direitos, mas para aqueles que, tendo pelo seu lado a força do Estado, fazem dela escudo para manterem a sua iníqua superioridade.

O ostracismo político em que temos vivido não nos aniquilou, nem a luta nos cega. Com toda a lucidez, nós vemos e melhor sentimos ainda que quem despreza e não aproveita a actividade feminina não ama a sua Pátria e deseja-a imoral e retrógrada⁴⁹.

Outros direitos políticos foram reivindicados. Com força por vezes, com prudência ou timidez várias outras. Nem para todas as feministas sequer era possível um desprendimento dos conceitos e papéis tradicionais relativamente

⁴⁶ Aurora de Castro e Gouveia, *I Reivindicações Políticas da Mulher Portuguesa. II Situação da Mulher Casada nas Relações Matrimoniais dos Bens do Casal*, Lisboa, Tip. da Casa Garrett, s. d., p. 40.

⁴⁷ Id., «O direito de voto», in *Alma Feminina*, n.ºs 7/8, de Julho-Agosto de 1921.

⁴⁸ Aurora de Castro e Gouveia, «Ainda o direito de voto», in *Alma Feminina*, n.ºs 9/10, de Setembro-Outubro de 1921, repetido nos n.ºs 1 e 2 de Janeiro e Fevereiro de 1922.

⁴⁹ Id., «O direito de voto», in *Alma Feminina*, n.ºs 7 e 8, de Julho e Agosto de 1921.

à mulher. Daí que alguns destes direitos, particularmente o desempenho de funções políticas, em sentido estrito, sejam até, por vezes, recusados à mulher, em nome da sua específica função secular:

A feminista autêntica não visa a usurpar ao homem os seus privilégios seculares do poder público, nem pretende furtar-se ao cumprimento tácito da sua missão.

Ela se sentiria até desprestigiada se a desapossassem dos encargos domésticos impostos por Deus, ao dotá-la com exíguas forças físicas, ao outorgar-lhe requintes de sensibilidade, ao submetê-la às suaves, às amargas, às inefáveis leis da maternidade, ao conferir-lhe o dom preciosíssimo duma enternecida espiritualidade, para compensá-la de não poder ascender às altitudes do génio⁵⁰.

As altitudes do génio são, evidentemente, domínio ainda reservado aos homens. Se algumas das feministas assim consideram, não é, pois, de admirar que a luta pela participação política, e particularmente pelo direito de voto, tenha sido um longo e difícil processo na história do feminismo português.

A INDEPENDÊNCIA ECONÓMICA

A independência económica é um dos motes da propaganda feminista. A generalidade das defensoras do feminismo que sobre este aspecto se debruçaram encara-a como factor de libertação e garantia de emancipação efectiva. Em seu entender, a mulher não dependente economicamente quebrou uma das cadeias da grande corrente opressora que a envolve e a limita. Independente pelo seu trabalho, a mulher poderá tomar as suas próprias decisões, traçar o seu futuro, sonhar novas ambições, projectar-se num espaço mais vasto.

Por isso, e defendendo esta visão um tanto teórica das consequências da entrada da mulher no mundo do trabalho e do auferir uma remuneração, as feministas definem o trabalho profissional da mulher como a sua «carta de alforria». Carta de alforria que demorará a alcançar, dada a inércia, a indiferença com que a maioria das mulheres encaram as conquistas e os movimentos que, destinados a favorecê-las, não lhes merecem a atenção ou o interesse necessários.

Assim comenta Ana de Castro Osório em 1905:

As mulheres conservam-se entre nós numa indiferença quasi total pelas conquistas que dia a dia vão marcando um passo de avanço para o triunfo definitivo do espirito sobre a matéria, da inteligencia sobre a força, da educação sobre a ignorancia, embora doiradas pela fortuna ou pelos privilegios de classe.

Mas esperemos serenamente, porque à mulher portuguesa hade chegar também a sua vez de compreender que só no trabalho póde encontrar a sua carta de alforria. Não no trabalho esmagador, exercido como castigo, mas no trabalho que enobrece o espirito, que dá o bello orgulho dos que só contam consigo e nunca foram um peso para ninguem.

⁵⁰ Emília de Sousa Costa, *A Mulher. Educação Infantil*, cit., p. 57.

E, desde que se torne independente pelo seu próprio esforço, desde que saiba agenciar o pão que come, a casa que habita, os vestidos que veste, sem estar à espera do homem, fonte perene de todo o dinheiro que hoje a sustenta — seja como pai, como marido ou irmão —, a sua *alforria* está decretada ⁵¹.

Este conceito de alforria a conceder à mulher é retomado mais tarde por outra escritora, Emília de Sousa Costa, com um sentido um tanto diferente, mas complementar. A alforria aqui é fruto também da educação e da preparação cultural, nomeadamente para a sua missão de educadora.

«Outorgue-se a alforria à eterna tutela» ⁵², diz a escritora, defendendo a necessidade absoluta e inadiável de promover a educação da mulher. Trabalho e educação, independência económica e valorização cultural são, pois, duas pedras fundamentais do mesmo edifício ainda a construir — a emancipação da mulher. Dois conceitos que aparecem frequentemente em estreita ligação:

«Não nos deixemos embalar com o sonho do passado; pensemos no futuro, que é *trabalho e educação*» ⁵³ — é de novo Ana de Castro Osório que fala, exprimindo um pensamento que é comum à maioria das feministas portuguesas.

A emancipação da mulher, resultado directo e automático da independência económica que o trabalho dá e para a qual a preparação cultural é um requisito importante, é, sem dúvida, um caminho teórico e idealista, e é nesses termos que as feministas o defendem. Porque elas têm, por outro lado, a consciência de que os factos nem sempre pisam os caminhos da utopia, que a realidade que se vive é diferente daquela que se sonha. Têm a consciência de que, para as mulheres das classes inferiores, o trabalho em ocupações pesadas, embrutecedoras, em condições de exploração e de miséria, não é uma fonte de libertação, mas sim de maior opressão. Este é, aliás, um aspecto de que se tem uma aguda percepção desde muito cedo. Em 1900, Caiel chega mesmo a propor a criação de uma liga do trabalho feminino português que tomasse sobre si o encargo de evitar tais situações e promover condições mais favoráveis para o trabalho profissional da mulher ⁵⁴.

Por isso, o trabalho que há que conquistar para a vitória do feminismo é o trabalho libertador e recompensador, «o trabalho que enobrece o espírito» — como dizia Ana de Castro Osório —, nunca o trabalho escravo e opressor. É o trabalho que libertará, quer as burguesas ociosas do próprio ócio, quer as oprimidas das classes inferiores da própria opressão. Porque para todas, por diferente e mesmo frontalmente oposta que seja a respectiva situação, há uma conquista a alcançar, a independência, quer seja de uma opressão doirada e protectora, quer de uma opressão fruto de miséria e de exploração. Não mais, para as mulheres, a ociosidade escandalosa nem o trabalho escravo.

Um outro aspecto a acentuar na defesa do trabalho para a mulher é ainda o carácter restrito desta reivindicação. Teoricamente, defende-se o direito ao trabalho → independência económica → emancipação, como se tal fosse

⁵¹ Ana de Castro Osório, *As Mulheres Portuguesas*, cit., pp. 20-21.

⁵² Emília de Sousa Costa, *Ideias Antigas da Mulher Moderna*, cit., p. 125.

⁵³ Ana de Castro Osório, *As Mulheres Portuguesas*, cit., p. 53.

⁵⁴ Ver Caiel, *Comentários à Vida*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1900, pp. 79-84.

uma equação matematicamente inatacável. Na prática, restringe-se o efectivo acesso ao trabalho, essencial ou preferencialmente, às mulheres que não casam, para que possam prover às suas necessidades de subsistência sem a humilhação da dependência de parentes ou familiares. Quando casadas, o objectivo será o de auxiliar o homem, de qualquer modo o ganha-pão, por excelência, da família. Porque, na maioria dos casos, o seu papel será na família e só secundariamente numa actividade exterior a esta.

Vejam os que as mesmas duas grandes defensoras desta reivindicação feminista dizem sobre este ponto, não obstante a diferença de posições, mais radical num caso, mais moderada noutro. Eis o que diz Ana de Castro Osório:

Educar a mulher dando-lhe meios de poder auferir com o seu trabalho o suficiente para a sua sustentação — quando é só — de auxiliar o homem, esgotado pelo trabalho de sobre-posse que lhe exige a concorrência e a carestia da vida moderna — quando casada —, parece-nos a maneira mais prática de a tornar um ser livre, apta a escolher por motu proprio o caminho a seguir directamente na vida ⁵⁵.

Emília de Sousa Costa é, como sempre, mais conservadora. Para ela, as mulheres, pela sua própria natureza, confinar-se-ão preferencialmente à esfera doméstica. É preciso, no entanto, defender os direitos daquelas que têm de trabalhar fora do lar:

Nem todas as mulheres conseguem ter um lar, o amparo dum braço forte e varonil. Nem todas podem ser mães.

Nem todas podem restringir o seu papel ao âmbito doméstico. A isso se opõem as conquistas do progresso, o número excessivo de indivíduos femininos relativamente aos masculinos e as condições económicas das sociedades modernas. E será equitativo, será admissível, que haja desigualdades na distribuição de salários ou ordenados quando o trabalho dos dois sexos seja igual ou equivalente? Não deverá o homem estudar a forma de, com bondade e rectidão, facultar ao sexo fraco todas as carreiras em que, sem prejuízo da sua feminilidade, ela possa ganhar honradamente o seu pão? ⁵⁶

E àqueles que se assustam com a perturbação social que o ingresso das mulheres nas várias carreiras pode significar, ela tranquiliza-os:

Não haja temores vãos: a mulher ficará no lar, sempre que possa fazê-lo, porque é essa a sua tendência natural.

[...]

Se os exigentes, os tempestuosos, dias de hoje, atiram a mulher de quase todas as classes para fora do lar, em busca do seu pão, não a desviam, por isso, dos braços do seu companheiro querido. Esse mal, se de facto o é, tem como compensação o tornar a mulher mais sincera, porque, economicamente independente, não necessitará de fingir amor, quando o não sinta. Apta a ganhar a vida, só aceitará o amparo do braço

⁵⁵ Ana de Castro Osório, *As Mulheres Portuguesas*, cit., p. 46.

⁵⁶ Emília de Sousa Costa, *A Mulher. Educação Infantil*, cit., pp. 35-36.

masculino quando a paixão lho aconselhar, e nesse caso depressa se aclimatará no lar, se o marido por si só puder prover às despesas, dedicando-se ela ao bem-estar dos seus, sem por isso se julgar diminuída ⁵⁷.

A defesa teórica do direito das mulheres ao trabalho já tem assim, na prática, muitas restrições no espírito das próprias defensoras da teoria.

Por outro lado, há ainda soluções de compromisso entre a defesa abstracta e a realidade concreta; uma é o acentuar da dimensão trabalho das próprias tarefas domésticas, dimensão normalmente não reconhecida; outra é o acentuar da dimensão preparação para o trabalho profissional, exigida a todas, em função de uma eventual necessidade. A previsão de possíveis necessidades futuras e o cuidado de pôr a mulher ao abrigo dessas necessidades, dando-lhe uma preparação para o dia de amanhã, é, pois, uma outra tradução, a mais longo prazo, do mesmo princípio de que a independência económica significa emancipação para a mulher:

Já não há lugares no mundo para as mulheres *bibelots*, mulheres plantas de estufa, desperdiçando anos de vida em ociosidade, a estudarem as três reverências de bom tom, ou os passos lânguidos do minuete.

No lar, a mulher, mesmo a que é rica, tem de trabalhar, ordenando, fiscalizando, executando. A que não exerce profissão é obrigada a preparar-se para a eventualidade de exercê-la. Milionárias de hoje podem ser pobres amanhã ⁵⁸.

A emancipação dada pelo trabalho e consequente independência económica tem ainda uma outra dimensão, que, se bem que em termos menos definidos, é constantemente aflorada e está subjacente a todo este processo. É a dimensão da autonomia pessoal e da independência psicológica da mulher que se basta a si própria financeiramente. Essa mulher, porque pode decidir do seu futuro, sem pressões de ordem económica, pode também decidir dele em termos de afectividade, de gosto pessoal, de vocação própria. Porque não está condicionada a ver no casamento o seu único futuro socialmente aceite e o seu único meio de subsistência, essa mulher é necessariamente mais livre, pode saber o que quer e realizar aquelas autonomia e independência psicológicas e afectivas a que as feministas aspiram. É ainda Ana de Castro Osório que exprime:

[...] desenvolver livremente as qualidades afectivas na mulher — é deixar-lhe o pleno direito da escolha, o direito sagrado de amar ou não amar, de casar ou ficar solteira, sem que isso represente uma vergonha ou, pelo menos, um ridículo ⁵⁹.

Em resumo, os conceitos de independência económica facultada pelo trabalho da mulher e de autonomia psicológica e afectiva daí resultantes constituem elementos definidores do feminismo português, tal como ele é expresso pelas suas teóricas e defensoras.

⁵⁷ Emília de Sousa Costa, *A Mulher. Educação Infantil*, cit., pp. 38-39.

⁵⁸ Id., *Olha a Malícia e a Maldade das Mulheres*, Lisboa, Empresa do Anuário Comercial, 1932, p. 27.

⁵⁹ Ana de Castro Osório, *As Mulheres Portuguesas*, cit., p. 32.

Referimos já que o tema instrução-educação das mulheres é um tema constante e uma preocupação reiteradamente expressa pelas feministas portuguesas. Enquanto em outros aspectos, incluindo os anteriormente referidos — sufrágio e independência económica —, pode haver uma certa especialização no tratamento dos temas — escritoras que se preocupam preferencialmente com um deles e sobre ele insistem —, neste, a insistência é praticamente unânime, como é unânime o reconhecimento dos males da situação das mulheres no aspecto educativo.

O estatuto de ignorância das mulheres é a base reconhecida e confessa de todos os males. Pior que a ausência de direitos cívicos ou políticos, pior que a dependência económica é a ignorância total da mulher, a total inércia intelectual e a total dependência que daí resulta. A par do analfabetismo literal das classes inferiores, e, por vezes, não apenas destas, refere-se o analfabetismo cultural e intelectual das classes superiores, resultado de uma educação errada e deformadora que, desde a infância, é ministrada à mulher.

Carolina Michaëlis de Vasconcelos escreveu em 1902 um longo artigo em seis partes, publicadas em outros tantos números de *O Primeiro de Janeiro*, que intitulou «O movimento feminista em Portugal». É uma visão extremamente interessante dos primeiros passos e manifestações deste movimento, que a escritora considera, no entanto, ainda «inteiramente por organizar no mundo peninsular». Efectivamente, segundo ela, «As mulheres submetem-se, sem protesto sensível, à tradição secular de inferioridade na cultura, na preparação para as lutas da vida, e até no tratamento de assalariadas em confronto com os seus companheiros masculinos». De novo aqui temos afloradas as coordenadas trabalho e educação como sendo decisivas para a definição quer de um estatuto de subalternidade, quer de um processo de emancipação.

Apesar de todos os sinais negativos, a escritora aponta, porém, alguns nomes e alguns factos que são já prenúncio de mudança. O grande obstáculo é, no entanto, o atraso cultural, a ignorância, o analfabetismo das mulheres. Por isso, para ela, o caminho do feminismo está já à partida claramente definido — um caminho que assenta no esforço educativo e se caracteriza pelo progresso cultural. Diz Carolina Michaëlis de Vasconcelos:

O caminho está pois nitidamente traçado: fundar escolas, libertar as futuras gerações femininas da ignorância e da superstição, de preconceitos mesquinhos e de prevenções dogmáticamente incutidas, *pregar-lhes o evangelho do trabalho*. Urge, acima de tudo, desenvolver as tendências nativas nas futuras esposas e mãis, por meio da educação intelectual, moral e física apropriadas, e pela instrução domestica, scientifica ou artistica. Em segundo lugar, importa utilizar as actividades que espontaneamente forem surgindo, facultando-lhes a indispensavel independencia material no exercicio das profissões de mais pronto accesso — tais como professoras, medicas, parteiras, aias, enfermeiras.

A questão feminista na peninsula hispanica é actualmente uma simples questão de instrução: a sua característica é o progresso na educação das gerações futuras ⁶⁰.

⁶⁰ Carolina Michaëlis de Vasconcelos, «O movimento feminista em Portugal», in *O Primeiro de Janeiro* de 11, 12, 13, 14, 16 e 18 de Setembro de 1902.

A visão pioneira, claramente expressa, que se traduz na identificação da dimensão educativa do feminismo português será depois retomada por todas as teóricas do feminismo. Aliás, já antes desta data outras vozes se tinham levantado para denunciar as gravíssimas lacunas patentes na educação das mulheres e a necessidade imperiosa de promover a sua instrução e a sua educação. Destacamos Cael, que à causa da educação dedicou todo o seu esforço, quer como professora, quer como jornalista e escritora, quer ainda como especialista de competência reconhecida pelos Governos português e espanhol, que neste campo lhe confiaram várias missões.

Já em 1892, em trabalho apresentado ao Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano, Cael tratava o tema: «O que deve ser a instrução secundária da Mulher?» Considerada como um dado adquirido a necessidade de instrução da mulher, a escritora descreve entusiasticamente os meios postos ao serviço desta instrução em outros países — a Inglaterra, a Suíça, a Alemanha, os Estados Unidos da América —, para concluir que, «por muito que custe ao nosso brio de peninsulares, temos de confessar, collocando-nos n'um ponto de vista imparcial, que é tão prodigioso o que outras nações têm feito nos últimos anos em benefício futuro da sociedade pela elevação do nível intellectual da mulher, como é prodigiosa a indiferença ou apathia com que, Pyreneus para cá, temos acompanhado esse movimento, essa commoção»⁶¹.

Indiferença e apatia juntam-se à submissão sem protesto à tradição secular de inferioridade cultural denunciada anteriormente por Carolina Michaëlis para caracterizar a situação portuguesa.

Situação que se caracteriza, por outro lado, por elementos muito concretos e objectivos, que as mesmas escritoras repetidamente apontam.

Assim, Cael, em artigo sobre o analfabetismo incluído na compilação intitulada *Comentários à Vida*, publicada em 1900, fala-nos da situação cultural, não apenas da população feminina, mas do País.

Publicou-se ha pouco o ultimo censo da população do reino. Pelo que respeita à instrucção, os numeros são pavorosos. Deante d'esta cruel evidencia não póde restar-nos a menor illusão, a menor velleidade.

Somos, de direito, o paiz barbaro da Europa.

Em 5 049 729 habitantes há 4 000 957 que não sabem ler. Tirado pouco mais de um quinto da sua população, Portugal é um paiz de analphabetos⁶².

No mesmo sentido se pronuncia Ana de Castro Osório ao dizer:

Não há ninguem que não tenha ouvido, pensado, ou dito centenas de vezes — que o maior mal do nosso paiz é a ignorancia, que o analfabetismo é a causa mais flagrante da nossa decadencia moral.

[...]

O número de analphabetos é enorme, e os que sabem alguma coisa é tão pouco e tão mal aprendido, que mais se pode dizer que igualmente nada sabem.

[...]

⁶¹ Cael, *O Que Deve Ser a Instrução Secundária da Mulher?*, Lisboa, Typographia e Stereotypia Moderna, 1892, p. 6.

⁶² Id., *Comentários à Vida*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1900, p. 141.

[...] a triste verdade a confessar, e que é muito para meditar é que, do milhão de portugueses que sabem ler e escrever a sua língua, apenas um terço são mulheres!⁶³

Neste lote dos que pouco ou nada sabem, as mulheres têm, pois, parte importante. Tinha-o dito Carolina Michaëlis, di-lo de novo Ana de Castro Osório, dizem-no tantas outras mulheres da mesma época. E a acrescentar às que não lêem porque fazem parte dessa multidão dos que nunca tiveram a oportunidade de aprender a ler há todas as outras a quem a pressão social «impede» de ler, para não correrem o risco de serem alcunhadas de literatas ou sabichonas, inevitavelmente atribuído às que passam o limite estabelecido das frivolidades femininas:

Para muitas senhoras que lêem e gostam de lêr é um facto desconsolador o pensarem que serão ridicularisadas e que os ignorantes as alcunharão de *sabichonas* e *doutoras*, se por acaso entram em conversa que transponha os limites literarios dos folhetins dos jornaes ou da secção das modas.

E mais adiante:

[...] as mulheres deixaram de lêr com receio de que as chamassem *literatas* — o epíteto mais desagradavel que podia ser dito a uma senhora que era vista com um livro na mão⁶⁴.

Assim, condicionadas, quer pela ignorância literal, quer pela ignorância exigida pela sociedade, e salvaguardadas as diferenças entre a situação de umas e de outras, o mal é comum a todas as mulheres, as das classes superiores e as das classes inferiores:

Numas, as que se dizem educadas, os seus conhecimentos são apenas um mostruario vistoso de habilidades e conhecimentos superficiais, que não iludem ninguém. Outras conservam-se na mais boçal ignorância, na mais completa indiferença pelas coisas do espirito⁶⁵.

A consciência do que esta situação tem de trágico e de degradante é descrita em vários tons, por várias escritoras. Talvez por nenhuma de forma tão expressiva como por Virgínia de Castro e Almeida, na «Introdução» da sua obra *A Mulher*, ao explicar a sua própria tomada de consciência de tal realidade e a progressiva aceitação da causa feminista que se lhe seguiu:

Penso em tudo isto com uma tristeza infinita, porque em mim vejo a imagem de tantas mulheres criadas e educadas como eu e que, tomando rumos diversos, à mercê das contingências da vida, se dispersam leves, ôcas, brilhantes ou apagadas, arrastadas por qualquer brisa, levadas em turbilhão para destinos de acaso... Passaros, borboletas, pennas soltas e fluctuantes, folhas ou petalas arrancadas e levadas pelo vento, coisas que

⁶³ Ana de Castro Osório, *As Mulheres Portuguesas*, cit., pp. 149, 152 e 51.

⁶⁴ Id., *ibid.*, p. 107.

⁶⁵ Id., *ibid.*, p. 108.

passam e não deixam vestígios, coisas que não sabem para onde vão e que hesitam, redemoinham, e ora caem em pantanos, ora se elevam e desaparecem com o ar de subirem para as estrelas... E é tão grave a missão da mulher na hora presente, e ha tanto trabalho e tanta felicidade profunda para ella!

Mulheres da minha terra!... Gatas Borrallheiras com o cerebro vazio, que esperam, sentadas na lareira e com estremecimentos morbidos, a hypothetica apparição do principe encantado, criadas graves, que passam a vida com as chaves da dispensa e a agulha na mão, sem terem a menor noção de economia domestica nem de hygiene, confundindo a honestidade com o desleixo da belleza; animaes de carga ou de reprodução, rodeadas de filhos que não sabem criar nem educar, bonecas de luxo, vestidas como as senhoras de Paris e com a intelligencia toda absorvida na decifração das modas, incapazes de outro interesse ou de outra comprehensão; pequenos phenomenos absurdos criados pela excepção de uma instrucção levemente superior e que, na vacuidade do meio, apparecem como prodigiosos folles cheios de vento, assoprados de vaedade, anormaes e infelizes; instrumentos passivos nas mãos habilidosas do jesuitismo que as modela como cera; servidoras ferventes do snobismo e da bisbilhotice; imitadoras superficiaes de modelos que mal conhecem [...]

Pobres mulheres da minha terra! ⁶⁶

Foi longa a citação, justificada, porém, pelo realismo e pelo colorido na descrição de uma situação que há longo tempo afecta as mulheres, mas de que elas só agora tomam consciência.

É desta situação de gatas-borrallheiras que é preciso arrancar as mulheres. Por isso, o feminismo é, acima de tudo, uma questão de instrução e de educação, como o definia já em 1902 Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

Claro que a preocupação pela educação das mulheres, agora particularmente identificada com a corrente feminista, não é, no entanto, uma preocupação exclusiva desta corrente. Já referimos anteriormente alguns nomes de autores que pela sua pena convictamente a exprimiram. Entre os homens, por exemplo, o Dr. José Joaquim Lopes Praça e D. António da Costa. Entre as mulheres mencionáramos Antónia Pusich, primeira mulher proprietária, fundadora e directora de periódicos e verdadeira defensora do direito da mulher à educação, e, mais recentemente, Caiel, pioneira do movimento feminista, e Maria Amália Vaz de Carvalho, contemporânea, mas não defensora, deste movimento, como já tivemos ocasião de referir.

A educação da mulher é, no entanto, um dos seus temas de empenhada exposição. Uma educação que valorize as suas qualidades e faculdades, mas que não a desvie do seu tradicional papel social — o de esposa, mãe, dona de casa e educadora:

Há quantos annos eu lucto na imprensa pelo desenvolvimento e melhor cultura das faculdades sentimentaes e mentaes da mulher e pela comprehensão mais ampla das suas necessidades de espirito! ⁶⁷

⁶⁶ Virginia de Castro e Almeida, *A Mulher*, cit., pp. 16-17.

⁶⁷ Maria Amália Vaz de Carvalho, *Cartas a Uma Noiva*, Lisboa, Editores Santos & Vieira, s. d., 4.ª ed., p. 146.

E mais adiante:

Se a educação das mulheres pôde ser considerada como erradíssima e funesta nos seus resultados, não é em virtude das mulheres receberem uma instrução muito inferior àquella que os homens recebem, é porque não se tem pensado devidamente em as preparar, dando-lhes fortes noções moraes, para os seus laboriosos deveres de mães, de esposas, de donas de casa, de educadoras da primeira infancia ⁶⁸.

É, pois, o tipo de educação para o desempenho de um determinado papel que aqui está em causa e de que se pode discordar ou aprovar, não a necessidade de uma melhor educação para a mulher, constantemente defendida. Segundo a autora, ela deve ser educada, «não para doutora nem para sábia, não para concorrente às carreiras officiaes nem liberaes, mas para companheira util, prestavel, intelligente e forte do homem, que por ella se completa e que por via d'ella se hade ir aperfeiçoando moralmente ⁶⁹.

Diferente desta é a posição das feministas sobre a educação da mulher. Para além da sua função como esposa, como mãe, como educadora, a educação da mulher é um requisito da sua dignidade de pessoa e uma exigência do seu novo papel social. É por isso um desenvolvimento e um enriquecimento de todas as suas potencialidades humanas, intellectuais e affectivas.

Assim o entendem e defendem, quer nas suas obras individuais, quer nos jornais das suas organizações. Defendem-na, por outro lado, como caminho para a igualdade de direitos, já que as diferenças e as lacunas na educação das mulheres são as responsáveis pela desigual situação e diferentes oportunidades abertas aos homens e às mulheres.

A educação é, por outro lado ainda, necessária para que a mulher seja verdadeiramente aquilo que a tradição lhe atribui como papel exclusivo — a companheira do homem, a mãe e a educadora —, mas que ela não pode cabalmente cumprir por deficiência de educação e generalizada pobreza cultural.

A educação-veículo para a manutenção de estereótipos, de papéis e imagens tradicionais para a mulher, a educação-moldagem a um ideal, é agora substituída pela educação-veículo de transmissão de novos papéis e novas imagens e meio de libertação desse falso ideal.

Em resumo, a educação que manteve a longa submissão das mulheres é também o meio ideal para a vencer.

Mas vejamos algumas expressões parcelares de toda esta nova concepção de educação, da sua defesa e da justificação da sua necessidade.

Em 1892, Caiel, acentuando a necessidade de um desenvolvimento total da mulher, escreve:

É preciso que, parallelamente, sem prejuízo de nenhuma, se desenvolvam na mulher todas as faculdades affectivas, intellectuales e phisiologicas. Só então terá sido bem interpretada a lei que a natureza promulgou creando a mulher ⁷⁰.

⁶⁸ Maria Amália Vaz de Carvalho, *Cartas a Uma Noiva*, cit., p. 153.

⁶⁹ Id., *ibid.*, p. 161.

⁷⁰ Caiel, *O Que Deve Ser a Instrução Secundária da Mulher?*, cit., p. 11.

Em 1908, Ana de Castro Osório, acentuando a necessidade de preparar a mulher para a sua múltipla função na sociedade, afirma:

Para fazer voltar à vida o povo português, para lhe dar a consciência da sua força e a energia para a luta, é preciso, antes de mais nada, educar a mulher; porque a mulher é a companheira do homem, é a educadora da criança e é — muitas vezes — a cabeça que raciocina, a vontade que impera na família, e, portanto, na sociedade ⁷¹.

Em 1921, Aurora de Castro e Gouveia refere o tema menos comum de que é a própria educação que cria a diferença de aptidões e, em última análise, a discriminação:

Se homens e mulheres são irmãos, descendentes dos mesmos pais, se os progenitores varões transmitem as suas qualidades e as suas taras tanto aos filhos de um sexo como aos do outro, como é que o homem e a mulher podiam ter natureza e aptidão diversas? O que, de facto, acontece é que a diversa educação ministrada aos dois sexos faz adquirir a cada um deles qualidades diferentes das do outro.

Conclui, no entanto, que:

Se entre os dois sexos, por efeito de diversa educação, não há uma perfeita igualdade, no sentido rigoroso da palavra, há, todavia, uma absoluta equivalência, e onde existe equivalência não pode encontrar-se inferioridade ⁷².

Em 1923, Emília de Sousa Costa defende a educação da mulher como sinal de novos tempos e como garantia de manutenção de princípios e valores:

A instituição augusta da família tem de manter-se, se quiser manter-se a civilização. Para isso é preciso educar as novas gerações em novos conceitos, aproveitando do passado e melhorando o que nêles houver de aproveitável e de compatível com a vida actual.

Dê-se à mulher o lugar que lhe compete ao sol da verdadeira justiça, sem a deslocar, senão excepcionalmente, do seu campo de acção, que, se não deve restringir-se ao lar, também não pode alargar-se até aos quartéis ou aos clubes de jogo e de perdição.

A mulher não pode continuar a ser para o homem só o enlêvo dos sentidos, porque é uma alma; um objecto de luxo, porque é um valor social como êle. Não se perverta, eduque-se. Não se desvie dos princípios honestos e de brio, inerentes à sua categoria de ser humano, humilhando a sua inegável capacidade intelectual com pretensas inferioridades, nunca existentes de facto e aceites de direito por cobardia de ambos os sexos.

⁷¹ Ana de Castro Osório, *A Educação Cívica da Mulher*, cit., p. 5.

⁷² Aurora de Castro e Gouveia, *Reivindicações Sociais e Políticas da Mulher Portuguesa na República*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1921, pp. 7-8.

Para ela educar os seus filhos, prepare-se dando-lhe a noção plena das suas responsabilidades e juntamente a consciência da sua humanidade⁷³.

O tema — educação da mulher — aparece tratado também nos periódicos das organizações feministas, particularmente na *Alma Feminina*, em que nos aparecem artigos assinados por Maria Vale e Sousa, Beatriz Pinheiro, Albertina Gamboa, entre outras.

É, no entanto, em Ana de Castro Osório, e particularmente no livro *Às Mulheres Portuguesas*, que se encontra talvez a sua mais entusiástica defesa e a identificação mais total desta causa com a própria causa do feminismo, que, embora nela não se esgote, na mesma se funde e dela decorre:

[...] tanto ou mais do que o homem, necessita a mulher ser educada e ilustrada, e é, a meu ver, por onde deve principiar a remodelação de uma sociedade que seja progressiva.

Educar a mulher — eis o problema máximo a desenvolver e pôr em prática.

A isso é que chamâmos feminismo, que não em pôr gravatas e colarinhos de homem, que se podem usar como prova de simplicidade ou de extravagância, mas nunca como afirmação de opiniões⁷⁴.

E ainda:

Educar a mãe para ser educadora dos filhos; educar a mulher em geral para viver de si mesma, e para si, quando pertença à enorme legião das que ficam solteiras e portanto, — sem filhos a educar nem casa a governar, deve ser um dos nossos mais porfiados empenhos.

É este o verdadeiro feminismo⁷⁵.

[...]

É preciso que uma forte instrução a liberte de caprichos infantis e lhe dê a lucida e precisa noção do que deve ser a sua força moral.

Torna-se preciso que o homem já educado eduque a sua companheira, que o homem livre escolha a mulher já livre [...] ⁷⁶

Educar a mulher; torná-la útil a si e aos seus, pelo trabalho remunerado; escolher cada homem livre esposa que o seja, não só do corpo, mas também do espírito, não só humilde e paciente dōna de casa, mas nobre e inteligente educadora, foco de luz e de bondade superior, irradiando na família, como sol por onde se norteia a alma caminhando para o futuro⁷⁷.

Seria inútil prosseguir com citações em que a ideia-base é a educação da mulher, constantemente retomada, justificada e defendida. Sendo, como efectivamente é, a primeira obra de propaganda declaradamente feminista desta época, a sua proposta, no que se refere à educação, é também significativa e determinante na evolução do feminismo português.

⁷³ Emília de Sousa Costa, *Ideias Antigas da Mulher Moderna*, cit., pp. 124-125.

⁷⁴ Ana de Castro Osório, *Às Mulheres Portuguesas*, cit., pp. 45-46.

⁷⁵ Id., *ibid.*, p. 54.

⁷⁶ Id., *ibid.*, p. 62.

⁷⁷ Id., *ibid.*, p. 88.

Poderíamos ainda debruçar-nos sobre um outro aspecto do tema, que é o conteúdo e métodos sugeridos para a acção educativa. Porque não são pedagogas, nem nessa linha se pronunciavam, não é possível avançar muito neste campo. Há, no entanto, certas propostas que vale a pena referir pelo que poderiam conter de inovador para a época. Trata-se designadamente da preocupação por uma educação livre e arejada para a mulher, com prática de actividade física, «dar-lhe ar para os pulmões atrofiados, alargar-lhe o espartilho», nas palavras de Ana de Castro Osório. Novo também é o que se propõe, para além da instrução, no campo do interesse pelas questões sociais e políticas, interesse necessário para o desempenho das suas novas funções de participante activa na vida social.

Claro que, também neste aspecto, mesmo as defensoras da educação são por vezes prudentes na passagem à prática. Daí a ressalva, por vezes patente, de que não se pretende «formar sabias em nenhum ramo científico ou literário»⁷⁸ nem que «todas as mulheres devam ser doutas»⁷⁹.

Estes são alguns aspectos rapidamente aflorados do tema — educação da mulher —, enquanto tema por excelência da corrente feminista em Portugal. Educação como primeiro passo para a criação de um novo estatuto para a mulher, com expressão legal e social. Um estatuto feito de novos direitos civicos, políticos e económicos, com tradução na família, na sociedade e na relação individual. Este novo estatuto fará da mulher, não mais a menor, a eterna criança, a dependente, mas a nova mulher, a verdadeira mulher que o feminismo anuncia.

Aliás, o primeiro congresso realizado pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, em 1924, intitulou-se Congresso Feminista e da Educação, dando assim expressão consciente a esta componente educativa do feminismo português.

Com a concordância dos homens ou com a sua recusa, as feministas sentem e dizem que o processo é irreversível e o regresso ao passado impossível, que os tempos mudaram e uma nova consciência de si mesma pode fazer da mulher uma nova pessoa.

Em tom jocoso, mas agressivo, Ana de Castro Osório de novo aponta o essencial da mudança:

Porventura é isso novidade para alguém? Julgaram os homens, por acaso — tamanha será a sua ingenuidade?! — que podiam em vão dispôr de metade da humanidade, reduzi-la ao papel farfalhado de *deusa do lar, nuvem, anjo, demonio*, e todas quantas mais banalidades se têm dito e escripto há séculos, e dizer-lhe: — fica ahi! o teu destino é agradar-me ou servir-me, conforme o meu capricho de senhor!?⁸⁰

CONCLUSÃO

Contribuir para a definição e caracterização do feminismo português, tão pouco estudado ainda, foi o objectivo deste trabalho. Definição e caracterização que se quis feita a partir de uma fonte primária e indispensável — a voz das próprias feministas que lhe deram corpo e expressão. Outros tipos

⁷⁸ Caiel, *O Que Deve Ser a Instrução Secundária da Mulher?*, cit., p. 10.

⁷⁹ Emília de Sousa Costa, *A Mulher. Educação Infantil*, cit., p. 54.

⁸⁰ Ana de Castro Osório, *As Mulheres Portuguesas*, cit., p. 58.

de análise e outras fontes são naturalmente possíveis e desejável é que se prossiga no seu tratamento.

Utilizando o método até aqui seguido, terminarei usando como síntese algumas passagens de uma artigo de Ana de Castro Osório, publicado no periódico *A Mulher Portuguesa*, n.º 3, de Agosto de 1912, e posteriormente reproduzido no periódico *A Madrugada*, n.º 15, de Outubro de 1912, intitulado «Deveres feministas», o qual toca os aspectos essenciais defendidos pela corrente feminista em Portugal:

Ser feminista é ser uma mulher que conquista o direito a viver pelo seu trabalho, pela sua inteligência e pela sua consciência.

[...]

É feminista a mulher que dirige a sua casa com bom critério, sabe educar os filhos, e compreendendo a sua situação dentro da família, se instituiu um auxiliar precioso no lar.

É feminista a mulher que compreende quanto é doce o dinheiro ganho com o próprio trabalho.

[...]

É feminista a mulher que olha e recusa com altivez o prazer aparente duma vida escravizada ao luxo e ao capricho masculino, quer a transacção se negocie hipocritamente à sombra protectora dos códigos e das religiões, quer se realize nos mercados abertos dos prostíbulos.

[...]

Ser feminista é apenas ser justo e ser lógico.

Acesso à educação, direito ao trabalho, independência económica, autonomia pessoal, direito de opção quanto ao futuro, exercício consciente da sua missão educadora, lógica e justiça — são o resumo esclarecedor do que constitui e caracteriza o feminismo em Portugal no início do século XX.

Outubro de 1981.